

Atraso do Governo dificulta defesa

O atraso do Governo em enviar ao Congresso a proposta orçamentária para 1994 está dificultando as negociações do plano de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso. Ontem, o líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG), pediu ao líder governista Pedro Simon (PMDB-MG) pressa na Lei Orçamentária. "Queremos trabalhar e não podemos", reclamou.

O líder criticou também a demora do Governo na elaboração do plano, prevendo dificuldades para sua aprovação, sobretudo no aumento linear de cinco por cento nas alíquotas de impostos e na retenção de 15 por cento das transferências da União para os estados e municípios. "Não quero julgar, mas constatar que, no apagar das luzes do ano, o Governo envia medidas que precisam ser apreciadas logo para entrarem em vigor em 1994. É uma dificuldade óbvia", analisou. Diante do tempo curto, Delgado acredita que o Governo deverá optar pela edição de uma medida provisória para aumentar os impostos.

Segundo Delgado, o Governo não pode cobrar do Congresso a apreciação do plano de Fernando Henrique, porque o Orçamento é a peça básica do programa e ainda não está na Casa. A emenda constitucional que prevê a criação do Fundo Social de Emergência e o aumento de imposto encontra resistência à aprovação no Congresso. "O emendão é um subsídio a um orçamento que não é conhecido", diz Delgado.

O líder argumentou que o próprio ministro Fernando Henrique admite negociar essas medidas, desde que o resultado seja o déficit zero nas cotas públicas. "Sem o orçamento, não se pode analisar mudanças em fontes de receitas", diz. O vice-líder Germano Rigotto, cotado para ocupar a liderança do Governo, afirmou que o PMDB já decidiu apoiar o fim do déficit, mas contesta o aumento de alíquotas.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), disse ontem que o Congresso deve priorizar a discussão do Plano e do Orçamento em janeiro.